

Comissões de Aparecido

Jornal de Brasília

são pra valer

Ricardo Nobre

Certa vez, José Maria Alkimin, um dos expoentes máximos da astuta política mineira, disse que, no Brasil, quando um governo não quer resolver um determinado problema, cria uma comissão supostamente destinada a solucionar o que, de fato, não deseja ver solucionado. É uma maneira sutil e bem esperta de se adiar — ou mandar para o espaço — conseqüências e resultados nem sempre agradáveis ou convenientes para os detentores do poder de plantão.

O mineiro José Aparecido de Oliveira é um governante que fez da criação de comissões, um estilo de governo pelo qual pretende ver encaminhado ou resolvido todos os problemas que lhe pareçam merecer uma dedicação especial. Desde que tomou posse, em 9 de maio de 1985, o governador já criou 57 comissões ou grupos de trabalho responsáveis pelo estudo e apurações de diversos fatos, seja para elaborar uma nova política habitacional ou apurar denúncias de corrupção no Corpo de Bombeiros.

Mas será que José Aparecido é um dos exemplos da esperteza citada por Alkimin? Pelo menos para o seu todo poderoso chefe do Gabinete Civil, jornalista Guy de Almeida, basta consultar os resultados das comissões que se desmentirá os argumentos do contrêrâneo de Aparecido. Guy de Almeida afirma que o governador, ao escolher este método de trabalho, deu à sociedade civil a oportunidade de discutir, junto com o governo, os problemas fundamentais de Brasília.

— Essa é uma nova forma de governar que corresponde aos novos tempos democráticos que estamos vivendo. O governador, quando criou essas comissões, sabia exatamente como isso iria promover o exame a fundo de problemas fundamentais. O doutor Alkimin falava em um outro tempo, em uma outra época. Nós hoje estamos num país com uma sociedade que cobra resultados de tal maneira, que infeliz do governo que não for capaz de corresponder a essa cobrança, justificou o chefe do Gabinete Civil.

Demora

Mas nem sempre as cobranças — como era de se esperar — são respondidas em prazos razoáveis, passando ao esquecimento, — às vezes inocentes, às vezes proposital gerado pelos intermináveis e burocráticos inquéritos administrativos. Em outubro de 1985, por exemplo, foi nomeada uma comissão encarregada de investigar denúncias de desvio de verba e de material por alguns oficiais do Corpo de Bombeiros. Segundo o coronel Paulo José, comandante da corporação, a sindicância feita pela comissão constatou que tais denúncias eram imprecisas, descobrindo apenas

que algumas "irregularidades administrativas" haviam sido cometidas. A investigação resultou no pronunciamento de cinco oficiais da corporação, que estão em julgamento pela Justiça Militar.

O coronel garante que não ficou comprovado nenhum desvio de verba ou de material que pudesse ser classificado como crime de corrupção. Segundo ele na verdade o que ocorreu foram descumprimentos às normas orçamentárias do governo. Paulo José explica que não se pode executar nenhuma despesa sem que haja o prévio empenho, mas mesmo assim muitos materiais foram adjudicados a firmas vencedoras de licitação em quantidades maiores do que as previstas pelo comando do Corpo de Bombeiros.

Licitações

— As licitações eram feitas com base em recursos insuficientes e, à medida que os recursos iam entrando, ao invés de se fazer novas licitações, aproveitavam as que já haviam sido feitas. Isso configura uma irregularidade administrativa que, tenho impressão, terminará por ser analisada, em instância final, pelo Tribunal de Contas, disse o comandante.

Também transformaram-se em inquérito as investigações sobre o "envolvimento de integrantes da carreira de procurador do DF em atividades relacionadas com loteamentos regulares". O grupo de trabalho coordenado pelo procurador-geral do DF, Humberto de Barros, sugeriu a abertura de inquérito, já que dois procuradores foram envolvidos diretamente nas denúncias sobre ocupação irregular de lotes em Brasília.

O procurador coordenou também a comissão encarregada de apurar as causas e a autoria de invasões de terras públicas, instalada em julho de 85. "Apanhado de surpresa", Humberto de Barros disse que não tinha de memória as conclusões dos trabalhos, mas havia indícios "muitos quanto à autoria das invasões". Ele dá outras explicações.

— Até por uma questão de falta de preparo técnico, a comissão não chegou a aprofundar esses estudos porque era um problema muito amplo. Então eu sugeri ao governador que remetesse o caso para, se não me engano, o ministério público, disse o procurador.

Da mesma forma foram enviados ao ministério público os resultados da Comissão de Inquérito que apurou denúncias de irregularidades na SAB. A coordenação dos trabalhos também ficou a cargo do procurador Humberto de Barros, que afirma não ter detectado crime por parte de integrantes da instituição. Sem se deter a detalhes, o procurador diz que as irregularidades constatadas seriam "aparentes" desvios de regra de licitação, "que poderiam ser ou não em benefício de alguém".